

**2** **Como proceder para votar pelo correio**

**3** **Por que esta é a votação mais importante da legislatura**

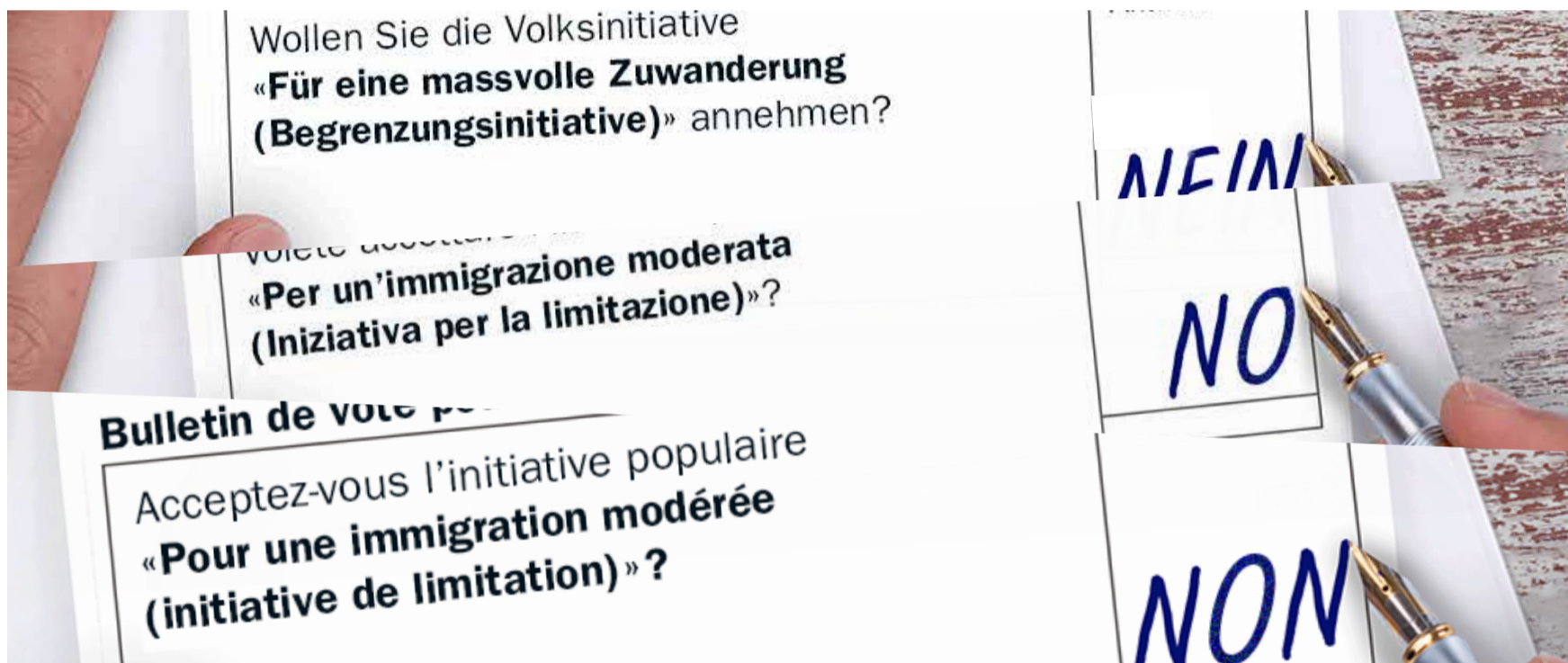
**4** **Coronavírus: alguns direitos dos/as trabalhadores/as**

Nr. 2 | março 2020 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

**O Conselho Federal decidiu, por causa do coronavírus, adiar a votação de 17 de Maio. Informá-lo-emos a seu tempo sobre a nova data.**

## Votação de 17.5.2020 sobre a livre circulação de pessoas Não à descida dos salários e à abolição de direitos!



No dia 17 de Maio: «Não» à Iniciativa de rescisão!

Existem inúmeras razões contra a iniciativa de rescisão do SVP/UDC. Ela põe em questão os direitos dos migrantes, é discriminatória, cria preconceitos contra os migrantes, joga pessoas umas contra as outras. Mas, sobretudo, a iniciativa ataca os direitos dos trabalhadores. A Suíça mergulharia no isolamento e no caos jurídico e por isso é rejeitada por pessoas de diferentes posições políticas. Mas não tenhamos ilusões: ela pode, mesmo assim, ser aceite. Por essa razão é importante lutar por uma grande maioria contra a iniciativa.

Marek Wieruszewski

### Como se chama a iniciativa?

Chama-se iniciativa popular «Por uma imigração moderada (iniciativa de limitação)». Mas nós chamamos-lhe «iniciativa de rescisão» porque o que ela realmente pretende é rescindir o acordo sobre a livre circulação de pessoas com a UE.

### Quais seriam as consequências?

A denúncia da livre circulação de pessoas teria como consequência a supressão automática das medidas de acompanhamento. As medidas de acompanhamento (FlaM) garantem a protecção salarial na Suíça, através da simplificação da declaração de obrigatoriedade geral dos CCT, a introdução de salários mínimos nos sectores com problemas, bem como inspeções, pagamento de cauções, obrigação de registo para o pessoal destacado da UE e coimas em caso de violação. O sistema já demonstrou que fun-

ciona. A iniciativa quer abolir tudo isto.

### A iniciativa não afectará só os cidadãos da UE?

À primeira vista, ela parece só afectar os cidadãos da UE porque acabaria com a livre circulação de pessoas. Mas, como demonstramos acima, põe também em causa protecção salarial e direitos fundamentais de todos os trabalhadores. E afecta os direitos de todos os migrantes, porque na prática levaria a estatutos de residência inseguros para todos. A reintrodução de contingentes para mão-de-obra estrangeira privaria muitos trabalhadores dos seus direitos. A pressão e a concorrência entre os trabalhadores aumentariam, haveria mais trabalho ilegal e dumping salarial. Toda a estrutura salarial ficaria sob pressão.

### A iniciativa não reduziria a migração e, por conseguinte, a concorrência entre os

### trabalhadores?

Os problemas no mercado de trabalho não se devem à imigração, mas estão estreitamente ligados à corrida ao lucro a qualquer preço. Nos últimos anos, os dividendos dos accionistas atingiram níveis recordes: em 2019 as 30 maiores empresas suíças pagaram 41 mil milhões de francos suíços em dividendos. Isto em vez de criarem empregos seguros e bons. A abolição da livre circulação de pessoas e o regresso aos contingentes não reduziria a concorrência no mercado de trabalho, pelo contrário. A experiência do passado revela que viria ainda mais mão-de-obra barata, mas agora sem os mesmos direitos.

### Porque razão o SVP/UDC lançou esta iniciativa?

O SVP/UDC quer baixar os salários dos trabalhadores e reforçar o poder dos empregadores. Para tal, recorre a um meio testado - a xenofobia. Usa este sentimento para ganhar votos, independente-

mente do facto de há anos a imigração para a Suíça vir a diminuir devido à conjuntura económica nos diferentes países.

### Qual é a posição do Unia?

O sindicato Unia empenha-se pelos direitos dos trabalhadores e pela igualdade de tratamento no local de trabalho. É a favor de uma Suíça aberta e solidária, onde todos os trabalhadores, independentemente da sua origem, têm os mesmos direitos.

### E os migrantes, que podem fazer?

Nós, migrantes, mesmo que em muitos casos não possamos votar, devemos também participar no debate contra a iniciativa. São os nossos direitos de migrantes e trabalhadores que estão em causa.

## Editorial



### Não a esta perigosa ofensiva contra os trabalhadores!

Estimado e estimada colega,

A Iniciativa de rescisão do SVP/UDC quer abolir a livre circulação de pessoas e, com ela, os instrumentos de controlo para a protecção dos salários e das condições de trabalho – as chamadas medidas de acompanhamento. Isto é um ataque sem precedentes a todos os trabalhadores na Suíça. Deves achar que estou a exagerar. Não, não estou! O próprio SVP/UDC deixa bem claro aquilo que não lhe agrada na livre circulação de pessoas: «As medidas de acompanhamento conduziram a um mercado de trabalho altamente regulamentado e controlado pelo Estado: cada segundo trabalhador na Suíça tem agora um contrato colectivo de trabalho, cada terceiro tem um salário mínimo regulamentado e cada quarto tem um contrato colectivo de trabalho com declaração de força obrigatória para o sector!»

É ISTO que incomoda os autores da iniciativa. Querem abolir a protecção dos salários e restringir os direitos dos trabalhadores. As medidas de acompanhamento reforçam os direitos de todos os trabalhadores na Suíça. Estabelecem o princípio de que o mesmo salário mínimo e as mesmas condições mínimas de trabalho se aplicam aos trabalhadores nacionais e estrangeiros. O sistema não é perfeito. Mas, em princípio, já demonstrou o seu valor.

O que o SVP/UDC critica e quer mesmo abolir é o direito a condições de trabalho justas para os trabalhadores. As necessidades da economia seriam satisfeitas, como nos tempos dos sazonniers, por trabalhadores sem direitos legais. O trabalho clandestino aumentaria. Tudo isto significa mais pressão salarial, empregos precários e menos direitos – tanto para os trabalhadores locais como para os imigrantes. É por isso que temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que no dia 17 de Maio os eleitores digam um claro NÃO a esta ofensiva extremamente perigosa contra nós trabalhadores!

Vania Alleva, Presidente do Unia



## Notícias breves

### Iniciativa popular «Por uma vida melhor na velhice» – AHV-AVS x13

As pensões do seguro AHV-AVS estão cada vez mais baixas e as pensões da caixa de pensões são cada vez mais reduzidas, apesar de os descontos serem cada vez maiores. Simultaneamente, as rendas das casas e os prémios do seguro de saúde não param de subir. Para cada vez mais pessoas, a pensão de reforma não chega para fazer face às despesas. Por isso, a USS lançou a Iniciativa «Por uma vida melhor na velhice» – AHV-AVS x13. Com ela, as reformas do 1.º pilar serão melhores. O seguro AHV-AVS é o sistema de previdência mais solidário e é para todos, em especial para as mulheres, a melhor fonte de rendimentos após a reforma.

A iniciativa por um 13.º mês de reforma AHV-AVS é apoiada por um vasto comité. Juntos queremos reforçar o AHV-AVS, para assegurar uma vida melhor na velhice. Apoie também a iniciativa recolhendo assinaturas. Para mais informações: [www.AHVx13.ch](http://www.AHVx13.ch).



### Tribunal federal confirma direitos de mulher grávida

O Departamento de indústria, comércio e trabalho (DIHA) de Sion tinha indevidamente recusado a uma mulher grávida o direito ao subsídio de desemprego. Juntamente com o Unia, a mulher apresentou queixa perante o Tribunal cantonal do Valais e este deu-lhe razão. O DIHA manteve a sua posição e recorreu junto do Tribunal federal da decisão do Tribunal cantonal. O Tribunal federal confirmou a decisão deste último. Este exemplo mostra como é difícil para as mulheres afirmarem-se no mundo do trabalho. O Unia espera que mulheres e homens sejam tratados de forma iguais, especialmente por parte das autoridades. A presente decisão é importante nesse sentido.

### Absolvição: Tribunal confirma direito de sindicalistas entrarem nos locais de trabalho

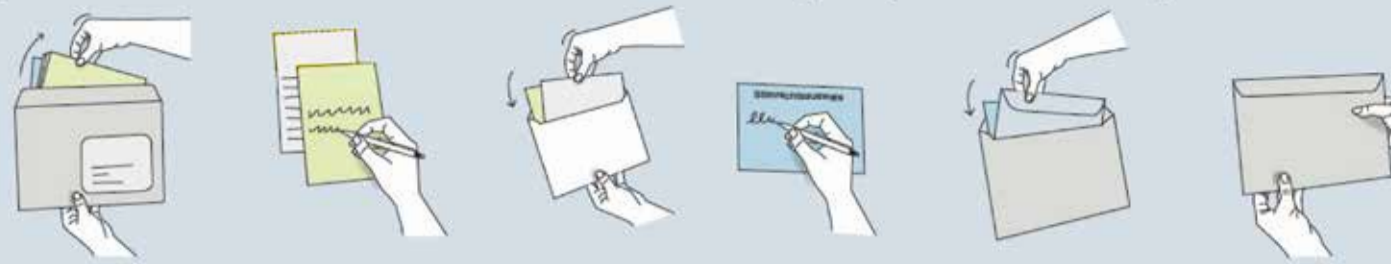
O Tribunal de Comarca de Frauenfeld (TG) confirmou o direito de os sindicalistas entrarem nos locais de trabalho e absolveu um secretário sindical do Unia da acusação de violação de propriedade alheia. Ele tinha feito uso dos seus direitos sindicais e detectado num estaleiro de obras um caso grave de dumping salarial. A constituição federal garante o direito de os sindicatos acederem aos locais de trabalho. Já em 2017, o Tribunal Federal tinha confirmado este direito.

### Os trabalhadores da construção da firma Marty protestam

Cerca de 40 trabalhadores da Construtora Marty AG protestaram em Arbon (TG) contra a conduta do chefe da empresa Patrick Manser, que agiu sem qualquer consideração pelos trabalhadores. Ao despedimento dos trabalhadores de um momento para o outro e sem qualquer aviso prévio, seguiu-se uma injustificada fuga para a falência. O Unia exige dos políticos que as indemnizações em caso de insolvência aumentem drasticamente e que os obstáculos aos processos de concurso sejam substancialmente agravados. As reivindicações e os direitos dos trabalhadores, em caso de falência, têm de ser reforçados. Não é admissível que os empregadores fujam às suas responsabilidades com a ajuda de um processo de falência.

### Como posso votar pelo correio?

O procedimento exacto difere consoante o cantão. Em princípio, vota-se da seguinte forma:



Abrir com cuidado o envelope em que se encontra a documentação

Pegar no boletim de voto «Por uma imigração moderada» ou «Iniciativa de limitação». A nossa recomendação: votar «NÃO»

Colocar o boletim de voto no envelope de votação anónimo

Assinar o cartão de legitimação (ou o certificado eleitoral, conforme o cartão)

Colocar o envelope de votação e o cartão de legitimação ou o certificado eleitoral no envelope enviado com a documentação de voto. Antes de fechar o envelope, confirme se introduziu tudo correctamente e verifique se a direcção para a qual deve enviar o envelope fica à vista através da janela do envelope.

Enviar o envelope por correio até 11 de Maio de 2020 ou pôr na caixa de correio da administração local

### VOTAR SIGNIFICA TER UMA PALAVRA A DIZER!

A 17 de Maio de 2020 vamos votar a perigosa «Iniciativa de rescisão». A iniciativa popular «Por uma imigração moderada (Iniciativa de limitação)», como a denomina o SVP/UDC, exige a rescisão do acordo de livre circulação de pessoas celebrado entre a Suíça e a UE. Isto põe em

causa os acordos bilaterais com a UE e as medidas de acompanhamento que protegem os salários e as condições de trabalho na Suíça. Por essa razão, nós denominamo-la «Iniciativa de rescisão» e aconselhamo a votação contra a mesma. Pelos seguintes motivos:

### A INICIATIVA DE RESCISÃO É UM ATAQUE AOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES

Ao atacar a livre circulação de pessoas, a iniciativa ameaça os direitos fundamentais de todos os trabalhadores, em particular a protecção dos salários e das condições de trabalho. A reintrodução de quotas para os trabalhadores estrangeiros, como pretende o SVP/UDC, privaria alguns trabalhadores dos seus direitos. A pressão e a concorrência entre os trabalhadores aumentariam e haveria mais trabalho ilegal e dumping salarial. Toda a estrutura salarial ficaria sob pressão.

### LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS = TRABALHADORES PODEM CIRCULAR E PERMANECER LIVREMENTE

A livre circulação de pessoas é um direito importante para os trabalhadores, permitindo-lhes circular, estabelecer-se e trabalhar livremente num Estado-Membro da UE, sem receio de discriminação. É claro que a livre circulação de pessoas anda a par com medidas de acompanhamento eficazes para proteger os salários, uma vez que o capitalismo tende a explorar os trabalhadores de países com salários mais baixos e a praticar dumping salarial.

### LIVRE CIRCULAÇÃO E MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO ANDAM DE MÃOS DADAS

As medidas de acompanhamento (FlaM) garantem a protecção salarial na Suíça, facilitando a extensão dos CCT, a introdução de salários mínimos nos sectores com problemas, bem como inspecções, pagamento de cauções, obrigação de registo para o destacamento de pessoal da UE e multas em caso de infracções. O sistema já demonstrou a sua eficácia. Todos os anos são realizadas dezenas de milhares de inspecções salariais e detectadas entre 20% e 40% de violações. A iniciativa quer acabar com tudo isto.

### AS MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO REFORÇARAM DECISIVAMENTE OS DIREITOS DOS TRABALHADORES NA SUÍÇA

Ao contrário da tendência internacional, entre 2003 e 2018 o número de trabalhadores abrangidos por um CCT com declaração de força obrigatória aumentou de 376 000 para 958 600 e o grau de cobertura dos CCT passou de 48% para 52%. Isto deve-se ao facto de a declaração de força obrigatória dos CCT ter sido simplificada. A política dos sindicatos, no decurso do alargamento da livre circulação de pessoas aos novos Estados da UE, tornou possível estas melhorias e conduziu a uma melhoria contínua dos direitos dos trabalhadores.



As duas centrais sindicais suíças dizem «Não» à iniciativa de rescisão. Os seus representantes no lançamento da campanha



## Opiniões de eleitores suíços

# São muitas as razões contra a iniciativa do SVP-UDC

Emine Sariaslan, Marília Mendes

### Hüseyin Kürekçi, mecânico

No dia 17 de Maio vou claramente dizer NÃO: com a Iniciativa de rescisão, o SVP-UDC quer acabar com a livre circulação de pessoas e atacar os direitos dos migrantes. Se esta iniciativa for aceite, a Suíça será isolada dos seus vizinhos. Desde que vivo na Suíça que os partidos da direita sempre lançaram iniciativas contra os estrangeiros e contra os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nestas condições, só nos resta uma alternativa para lutarmos contra estes ataques. Vamos lutar com o nosso sindicato Unia contra eles. Se todas as forças democráticas se juntarem e organizarem, a iniciativa será recusada por uma larga maioria e isso permitir-nos-á conter o SVP-UDC.



### Anna Luisa Ferro Mäder, jornalista na reforma

Quando eu cheguei à Suíça, no início dos anos 1980, ainda havia aqui o estatuto de saisonniers. Para um trabalhador estrangeiro era muito difícil conseguir uma autorização de estadia anual e ter permissão para fazer vir a família. Eu nunca mais quero voltar a viver esta situação desumana. Por isso, no dia 17 de Maio vou recusar a iniciativa do SVP-UDC



### Dominique Binggeli, empregada de escritório

No dia 17 de Maio vou claramente escrever NÃO no boletim de voto. A aceitação da iniciativa do SVP/UDC levaria à denúncia dos acordos bilaterais e à abolição da livre circulação de pessoas. Os trabalhadores e as trabalhadoras perderiam muitíssimos direitos e a sua protecção. Dumping salarial, discriminações e trabalho ilegal voltariam a estar na ordem do dia. Isso não pode acontecer de forma alguma!



### Vasco Pedrina, antigo co-presidente do Unia

Uma iniciativa que pretende voltar a introduzir estatutos discriminatórios (como o desumano estatuto dos saisonniers), que quer acabar com medidas de protecção salarial e que quer acabar com os acordos bilaterais Suíça – UE, que garantem os nossos postos de trabalho, tem de ser combatida por todos nós com toda a força. Eu voto NÃO!



## Juntos pelos direitos dos migrantes

# Migrantes contra a iniciativa de rescisão

**A iniciativa de rescisão do SVP/UDC é um ataque aos direitos dos trabalhadores e imigrantes na Suíça. Representantes de associações de migrantes lutam em conjunto contra esta política anti-social e racista.**

Hilmi Gashi

A convite do Unia, activistas sindicais e representantes de organizações de migrantes reuniram-se em Berna a 22 de Fevereiro. O objectivo era a mobilização contra a iniciativa de rescisão e a favor de uma Suíça aberta e solidária. Os participantes querem que a voz dos migrantes seja ouvida e apelam aos cidadãos para que votem contra a iniciativa



### Numerosos trabalhadores sem direitos

A aceitação da iniciativa teria como consequência a perda de direitos plenos para mais de 1,7 milhões de migrantes da UE. O SVP/UDC não quer menos migrantes na Suíça, quer privá-los dos seus direitos, como aconteceu durante a vigência do estatuto de saisonniers. Isso é mau para todos nós. Estudos demonstraram que quanto mais seguro for o estatuto de residência, mais seguros e melhores são os salários e as condições de trabalho. Precisamos de plena liberdade de circulação com protecção dos salários e dos direitos laborais para todos.

### O nosso voto contra a iniciativa

Lutemos contra a redução dos nossos direitos! Não permitamos que o SVP/UDC utilize os migrantes para impor as suas políticas anti-sociais e racistas.

## Entrevista



**A União de Sindicatos Suíços SGB/USS e a Travail Suisse, as duas centrais sindicais suíças, lançaram uma campanha conjunta contra a «Iniciativa de rescisão». Pierre-Yves Maillard, presidente da SGB/USS e conselheiro nacional pelo PS, explicou ao Horizonte por que razão a luta contra a iniciativa é urgente.**

### Pierre-Yves, porquê uma campanha conjunta contra a Iniciativa de rescisão?

Empenhamo-nos em força contra a Iniciativa de rescisão porque esta põe em causa conquistas sindicais. A rescisão da livre circulação de pessoas iria acabar com as medidas de acompanhamento. Estas permitem-nos regular melhor o mercado de trabalho. Permitem, por ex., adoptar contratos-tipo de trabalho ou que os CCT possam ser declarados mais facilmente de força obrigatória. Graças a estas medidas, pudemos aumentar significativamente o número de trabalhadores subordinados a um CCT e com direito a um salário mínimo. Não queremos perder os direitos já conquistados e regressar a um mercado de trabalho em que o trabalho ilegal, a precariedade da estadia e o fraco controlo das condições de trabalho facilitam uma maior exploração dos trabalhadores. A livre circulação de pessoas reforçou os direitos e a segurança de milhares de trabalhadores estrangeiros na Suíça. A iniciativa põe tudo isto em causa. Lutámos no passado contra o estatuto de saisonnier, não queremos agora que ele volte a existir na Suíça.

### A conselheira federal Keller-Suter afirmou que esta será talvez a votação mais importante desta legislatura. Estás de acordo?

Sim, é uma votação decisiva. A União Europeia (UE) é a nossa parceira comercial mais importante, mais de metade das exportações suíças vão para lá. Se a 17 de Maio houver um «sim», entraríamos num período de incerteza. Isso não seria bom para as empresas nem para os trabalhadores. Os partidos da direita e os empregadores exigiriam programas de austeridade e liberalização do trabalho a fim de compensar as perdas que sofreriam como resultado de uma maior concorrência e de um acesso mais difícil ao mercado da UE. Após 20 anos de uma modesta e ainda insuficiente regulamentação do mercado de trabalho, enfrentaríamos uma ofensiva de desregulação.

### Poderíamos negociar relações estruturadas com a UE sem a livre circulação de pessoas?

Teoricamente tudo é possível. A Suíça tem bons argumentos. É uma importante parceira comercial da UE. Mas a questão é: porquê pôr em causa a livre circulação de pessoas e pôr em risco as relações com a UE? O próprio SVP/UDC quer abrir as portas às pessoas de que a «economia necessita». O que seria diferente? Seria a desregulação do mercado de trabalho e migrantes com menos direitos. Estes são os verdadeiros objectivos do SVP/UDC.

### Sem a livre circulação de pessoas, a Suíça teria menos imigração. Isso não seria bom?

A análise do desenvolvimento da imigração mostra que houve períodos de forte imigração antes do acordo sobre a livre circulação de pessoas. Os migrantes não vêm por causa da livre circulação de pessoas, mas por causa da conjuntura económica. A Suíça precisa de trabalhadores do estrangeiro. O problema é quando os empregadores utilizam a mão-de-obra dos migrantes para deteriorar as condições de trabalho. Não adianta fechar as fronteiras; temos de regular e controlar melhor o mercado de trabalho. Essa é a melhor medida. Não é discriminatória e favorece o progresso social.

### Há sindicalistas que apoiam a iniciativa. O que dizes a estes colegas?

Digo-lhes que o SVP/UDC e o chefe deles não querem menos imigração. Mas preferem migrantes sem direitos e um mercado de trabalho desregulado, onde não existe lugar para sindicatos. Por essa razão é importante dizer «não» a 17 de Maio.

Marília Mendes



## Pergunte, que nós respondemos

### Coronavírus: quais são os meus direitos?

O surto do novo coronavírus e as medidas adoptadas para o conter têm repercussões na economia, no emprego e nas relações laborais. Em resposta às preocupações de filiados/as e trabalhadores/as em geral, o Unia publicou na sua página web respostas jurídicas às perguntas mais importantes. Reproduzimos aqui algumas:

### Se eu tiver de ficar em casa por ter febre, continuo a ter direito ao salário?

Se uma pessoa tem febre, está realmente doente e pode ir para casa ou ficar em casa sabendo que receberá o salário (art.º 324a do DO). Para isso, precisa de um atestado médico. Deve telefonar ao seu médico e marcar uma consulta.

### Eu tenho sintomas da infecção pelo vírus. O que devo fazer?

Telefone ao seu médico, ele fará o diagnóstico. Mesmo não sendo obrigado a informar a sua empresa sobre a doença que tem, deve informá-lo se estiver infectado pelo vírus. Assim, ele pode tomar as medidas adequadas.

### Estou em casa doente. Ainda não consegui marcar uma consulta, o médico está sobrecarregado. Já se passaram quatro dias e ainda não consegui enviar o atestado médico ao meu patrão. O que devo fazer?

Em princípio, o empregador pode exigir um atestado médico a partir do primeiro dia de doença. Para evitar uma sobrecarga dos serviços de saúde, o Serviço Federal de Saúde recomenda num documento publicado em <https://bit.ly/2Wg67VN> tolerância relativamente à exigência de atestado médico. O atestado deve ser exigido o mais cedo a partir do 5.º dia de doença (mas atenção, isto não é de lei).

### A empresa pode mandar medir a temperatura dos/as trabalhadores/as à porta do trabalho?

As empresas têm a obrigação de adoptar todas as medidas necessárias para proteger a saúde do seu pessoal. As medidas devem, no entanto, ser proporcionais ao objectivo em causa. No contexto actual, medir a temperatura à entrada da empresa ou pedir aos/as trabalhadores/as que fiquem em casa, parece proporcional.

### A minha empresa fechou por causa do vírus. Tenho direito a receber o salário?

Se a empresa decidir ela própria fechar, o empregador é obrigado a continuar a pagar o salário. Se a empresa tiver de fechar por decisão das autoridades, o/a trabalhador/a tem direito a continuar a receber o salário, porque é o/a empregador/a que tem de assumir o risco empresarial. Mas o empregador pode fazer valer junto de uma caixa de desemprego o direito a indemnização por horário de trabalho reduzido.

### A minha empresa pode ordenar mudança de posto de trabalho ou de actividade por causa do vírus?

As perturbações graves no funcionamento da empresa, como as que poderão ser causadas pelo vírus, são situações excepcionais. Nestas situações, a empresa pode exigir que o pessoal realize um trabalho diferente do habitual, ou vá trabalhar para outro lugar. No entanto, para isso deve haver uma necessidade urgente, os direitos individuais do/a trabalhador/a devem ser respeitados e a situação tem de ser temporária. Gastos adicionais que possam surgir desta mudança devem ser assumidos pela empresa (art.º 327a DO).

### As autoridades fecharam as escolas. Quais são as consequências para o meu trabalho?

Porque esta decisão foi tomada pelas autoridades federais, os pais têm direito a ficar em casa porque são obrigados/as, segundo o art.º 276 do Código Civil, a cuidar dos filhos. O seu empregador tem, apesar da sua impossibilidade de trabalhar por esse motivo, de lhe pagar o salário. No entanto, é da sua responsabilidade evitar longas ausências. Deve organizar os cuidados aos seus filhos e tomar as medidas necessárias para poder regressar o mais depressa possível ao trabalho. O mesmo se aplica se o seu filho estiver doente.

### Mais informações:

Página web do Unia: [unia.ch](http://unia.ch)

Serviço Federal de Saúde: [bag.admin.ch](http://bag.admin.ch)

Linha de apoio sobre o coronavírus:

0041 58 463 00 00, todos os dias, 24 horas por dia

## Mudanças climáticas

# Greve pelo clima – mudanças económico-sociais

Os jovens activistas pelo clima têm razão: é urgente agir! A subida de temperaturas e as políticas climáticas dizem respeito a todos, é o nosso futuro que está em causa. Por isso, o Unia apoia a Greve pelo futuro (Strike for Future) do dia 15 de Maio. É claro que justiça social e uma economia que não destrua as bases da nossa subsistência não são contradições, antes têm de fazer parte de uma nova política económico-social.

Peppina Beeli

Face aos factos, é impossível exagerar a ameaça do aquecimento do clima. Mas, apesar de a ameaça ser conhecida há anos, politicamente nada mudou até agora. Só no ano passado é que as coisas começaram a mexer: em todo o mundo, a juventude apelou a que se faça manifestações e greves por uma nova política climática. No dia 29 de Setembro, só em Berna, 100 000 pessoas foram à rua exigindo políticas climáticas adequadas. Em todo o mundo manifestaram-se vários milhões de pessoas.

### Apelo à Greve pelo Futuro

Graças aos jovens activistas, o aquecimento global passou para o topo da agenda política. Esta oportunidade tem de ser aproveitada. O Unia apoia por isso a próxima grande acção destes jovens, a Greve pelo Futuro a 15 de Maio. Este será um dia de acções locais, na empresa, nas obras, no espaço público.

### Necessitamos de uma política económico-social

O Unia sempre defendeu a ligação entre as necessidades ecológicas e sociais. Ele exige que se invista em formas de produção e de construção ecológicas e na criação de postos de trabalho na «economia verde». Além disso, o Unia vai lutar para que os verdadeiros beneficiários e os verdadeiros responsáveis pela emergência climática paguem a reconversão económica, porque esta não pode sobrecarregar quem tem rendimentos baixos ou médios. O direito de participação política, bem como de formação contínua para todos os trabalhadores, especificamente sobre questões relacionadas com o meio ambiente e o clima, devem ser a norma. Estes são os princípios básicos do programa que o Unia está a preparar.



## Congresso da Central Geral de Trabalhadores Portugueses Continuidade e mudança

Nos dias 14 e 15 de Fevereiro 2020, a CGTP-IN realizou o seu 14.º congresso no Seixal e elegeu Isabel Camarinha para sua Secretária-Geral. Pela primeira vez em Portugal, uma mulher passou a dirigir uma central sindical. Vários nomes históricos deixaram a direcção e foram substituídos por uma geração mais nova.

Marília Mendes

### Um congresso de continuidade...

Realizado sob o lema «Lutar para avançar nos direitos. Valorizar os trabalhadores por um Portugal com futuro», este foi um congresso de continuidade, pela determinação da central em prosseguir a luta por melhores condições de vida e de trabalho. É a nova Secretária-Geral, Isabel Camarinha, quem o afirma. E precisa, em várias entrevistas, que em causa está o aumento dos salários, nomeadamente do salário mínimo para 850 euros. Além disso, a sindicalista quer a redução da precariedade e a regulação dos horários de trabalho, para uma melhor conciliação da vida profissional, pessoal e familiar.

### ...e mudança: a nova Secretária-Geral

A sucessora de Arménio Carlos faz parte da direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços de Portugal (CESP) há mais de duas décadas. Enquanto dirigente deste sindicato, bateu-se sobretudo pelo contrato coletivo de trabalho e pelo encerramento do comércio aos domingos e feriados. Integra a Comissão executiva da CGTP desde 2016. Agora, à frente da maior central portuguesa, promete «intensificar a luta» nos locais de trabalho, na negociação coletiva, na rua e na concertação social. E acrescenta: esta não é uma tarefa só da direcção, mas do colectivo do movimento sindical.

### Diferentes tendências da CGTP-IN

A nova Secretária-Geral não recebeu o apoio de todas as tendências político-sindicais dentro da central. A tendência socialista apresentou o seu próprio candidato, que não foi eleito.

### Despedida de Arménio Carlos e outros dirigentes

Quase um terço da Comissão Executiva da CGTP-IN retirou-se porque chegarão à idade da reforma no decorrer da legislatura. Este congresso significou, por isso, uma alteração geracional das estruturas dirigentes. Também Isabel Camarinha, agora com 59 anos,

não fará um segundo mandato à frente da central sindical.

Um dos sindicalistas a despedir-se foi Arménio Carlos, que regressa ao seu trabalho na Carris. O dirigente cesante apresentou à saída um balanço muito positivo da última legislatura: nos últimos quatro anos a central registou 114,6 mil novas filiações (ultrapassando assim a meta definida em 2016, 110 mil novos filiados). Destes novos associados, 59% são mulheres e cerca de 14% pessoas com menos de 30 anos. O objetivo até 2024 é de mais 120 mil novos filiados.



14.º Congresso da CGTP-IN: apresentação da nova Comissão Executiva